



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: LIMITES E POSSIBILIDADES DA POLÍTICA DE
INTERIORIZAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA**

Ludmila Gonçalves da Matta

ludmatta@yahoo.com.br

Universidade Cândido Mendes

Brasil

Frederico Santiago Lima

limaiff@gmail.com

Instituto Federal Fluminense

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Desde o ano de 2005 vimos emergir importantes mudanças em relação a expansão e oferta de cursos na área de educação profissional e tecnológica por parte do Governo Federal no Brasil . O processo de expansão iniciado em 2005 tem como importante norteador a interiorização da oferta dessa modalidade de ensino, o que tem suscitado o debate sobre as possibilidades e limites da interiorização contribuir para o desenvolvimento regional. Tendo em vista essa temática, propomos nesse trabalho analisar a implantação do Campus Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense) a partir de sua inserção regional e suas conexões com o perfil socioeconômico da Microrregião de Santo Antônio de Pádua.

Compreender essa relação do IFFluminense com o território é importante em razão das significativas mudanças ocorridas após a promulgação da lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. A referida lei teve como princípio instituir a nova Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, dando origem aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. (BRASIL, 2008). Pois ,a partir de então, o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional passaram a emergir de forma mais explícita nos propósitos e políticas institucionais.

Porém, o alcance desse desenvolvimento é algo complexo, pois demanda a participação entre diversos atores inseridos no território. Dessa forma, partimos das seguintes questões: Quais as possibilidade e limites do Campus- Pádua contribuir para o desenvolvimento regional? Qual a relação dos cursos ofertados pelo Campus-Pádua com o perfil socioeconômico da microrregião? Como a proposta de implantação se articula com os interesses dos atores locais?

Para realização dessa pesquisa fizemos um levantamento bibliográfico sobre a história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil assim como também um levantamento sobre a política de expansão e interiorização da EPT e o processo de implantação do Campus-Pádua através Ata da Audiência Pública realizada para ouvir os representantes da sociedade civil e os gestores. Além dessas informações trabalhamos também com dados sobre a Microrregião de Santo Antonio de Pádua buscando estabelecer uma relação entre os cursos ofertados pelo Campus-Pádua e o perfil microrregional. A partir da análise inferimos que a proposta da implantação do IFF-Pádua apesar de ter ocorrido a partir do intento de que a política de expansão teria impacto na ordenação territorial a partir da sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais observamos que essa pouco se articulou com o perfil da economia local e regional a qual foi instalada.

Palavras chave: desenvolvimento regional; expansão; educação profissional



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

Since the year 2005, important changes has been noticed in relation to the expansion and offering of professional and technology courses from the Federal Government in Brazil. Started in 2005, the expansion process has been guided by the decentralization of the offering of that teaching type. That issue has been sparked debates about possibilities and limits of the decentralization being able to contribute to the regional development. Based on it, we proposed to analyze the establishment of the Santo Antônio de Pádua Campus, which belongs to the Federal Fluminense Institute of Education, Science and Technology (IFFluminense), according to its regional integration and its connections with the socioeconomic profile of the microregion of Santo Antônio de Pádua.

It is important to understand the relation between the IFFluminense and the territory because of the significant changes that occurred after the Law no11.892 was enacted on December 29 2008. That law had as principle to establish the new Federal Network of Professional, Science and Technology Education, starting the Federal Institutes of Professional, Science and Technology Education (BRASIL, 2008), as, from then on, the national, regional and local development started to emerge more explicitly in the institutional purposes and policies.

However, the extent of this development is complex, since it demands the participation of various actors in the territory. Thus, we addressed the following questions: What are the possibilities and limits that the Padua Campus will contribute to regional development? What is the relation between the courses offered by the Padua Campus and the socioeconomic profile of the microregion? How does the implementation proposal articulate with the interests of the local actors?

In order to carry out this research, we did a bibliographic survey based on the history of the Technology and Professional Education (EPT - *Educação Profissional e Tecnológica*) in Brazil. We also made an inquiry into the expansion and decentralization policy of the EPT and the establishment process of the Padua Campus applying the Minute of the Public Hearing accomplished to consult the representatives of civil society and managers. Besides this information, we also worked with data on Santo Antonio de Padua microregion seeking to establish a relation among the courses offered by the Padua Campus and the profile of the microregion. From this analysis, we inferred that the proposal of establishment of IFF-Padua, despite occurring from the intent the expansion policy would have impact on the territorial ordination from its linkage with productive, social and local cultural and regional arrangements, little articulated with the profile of local and regional economy that was installed.

Keywords: regional development; expansion; professional education



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

Desde o ano de 2005 vimos emergir importantes mudanças em relação a expansão e oferta de cursos na área de educação profissional e tecnológica por parte do Governo Federal no Brasil .

O processo de expansão iniciado em 2005 tem como importante norteador a interiorização da oferta dessa modalidade de ensino, o que tem suscitado o debate sobre as possibilidades e limites da interiorização promover o desenvolvimento regional.

Tendo em vista essa temática propomos nesse trabalho analisar a implantação do Campus Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense) a partir de sua inserção regional e suas conexões com o perfil socioeconômico da Microrregião de Santo Antônio de Pádua. Esse Campus está ligado ao IFFluminense que tem sede no Município de Campos dos Goytacazes-RJ, um município reconhecido nacionalmente pela produção de petróleo da Bacia de Campos e principalmente pela recebimento de *royalties*, o que o coloca entre uns dos municípios mais ricos do Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, o Campus Santo Antonio de Pádua (Campus-Pádua) se encontra num município que a receita de *royalties* não é significativa na composição do orçamento e que economicamente tem como atividade principal a produção de pedras ornamentais.

Compreender essa relação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com o território é importante em razão das significativas mudanças ocorridas após a promulgação da lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. A referida lei teve como princípio instituir a nova Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, dando origem aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. (BRASIL, 2008).

A partir daí, o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional passaram a emergir de forma mais explícita nos propósitos e políticas institucionais. Conforme exposto no artigo 6º, inciso I, da Lei 11.892/08 os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tem como finalidade “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.” (BRASIL, 2008)

Porém, o alcance desse desenvolvimento é algo complexo, pois demanda a participação entre diversos atores inseridos no território. Dessa forma, partimos das seguintes questões: Quais as possibilidade e limites do Campus- Pádua alavancar o desenvolvimento regional? Qual a relação dos cursos ofertados pelo Campus-Pádua com o perfil socioeconômico da microrregião? Como a proposta de implantação se articula com os interesses dos atores locais?

Para realização dessa pesquisa fizemos um levantamento bibliográfico sobre a história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil assim como também um levantamento sobre a política de expansão e interiorização da EPT e o processo de implantação do Campus-Pádua através Ata da Audiência Pública realizada para ouvir os representantes da sociedade civil do município e os gestores. Além dessas informações trabalhamos também com dados sobre a Microrregião de Santo Antonio de Pádua buscando estabelecer uma relação entre os cursos ofertados pelo Campus-Pádua e o perfil microrregional.

II. Marco teórico/Conceitual

Os caminhos da educação profissional e tecnológica no Brasil

A criação da Escola de Aprendizes e Artífices pelo então governador do estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, em 1906, pode ser considerado o embrião que deu origem à rede de escolas técnicas federais. Posteriormente, já como presidente da República, Nilo Peçanha, através do decreto 7566 de 23 de setembro de 1909, determinou a criação de dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices em diferentes estados da união, com o objetivo de ofertar à população o ensino profissional primário e gratuito. Nascia, assim, a rede que atualmente corresponde aos Institutos Federais.

No entanto, é a partir do governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que o Brasil dá o grande salto no sentido da promoção de sua industrialização. Com Vargas, o Estado passou a ter um papel fundamental na economia brasileira, pois ficava evidente que a agroexportação não dava mais conta



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

de sustentar a economia, que precisava se integrar em novas bases ao capitalismo internacional. O investimento na industrialização, com o respaldo do Estado, emergia como uma solução necessária. Portanto, durante esse período, o Brasil foi se tornando mais industrial e mais urbano, apoiado por um estado forte que foi erigido para corresponder a esse movimento.

A partir de 1942, por iniciativa de Gustavo Capanema, então Ministro de Vargas, começaram a ser implementadas as Leis Orgânicas da Educação, promovendo reformas em alguns ramos do ensino, inclusive no técnico profissional, que teve suas bases solidificadas. Esse foi o momento em que, através de medidas legais, ficou evidente a importância da educação em um país que pretendia se modernizar dentro da lógica e demandas da industrialização.

Importante ressaltar é que diante dessas reformas o ensino profissional acabou destinado à população pobre, que precisava ingressar com mais rapidez no mercado de trabalho e que por isso, não tinha como se submeter às exigências do ensino secundário. Isso porque a Reforma Capanema tratou de “acentuar a velha tradição do ensino secundário propedêutico, acadêmico e aristocrático” (ROMANELLI, 1986, p. 157), enquanto engessou o ensino profissional, visto que, entre outras limitações, criava uma série de empecilhos para o ingresso dos estudantes no ensino superior.

Sendo assim, é possível concluir que “a real finalidade dos cursos profissionalizantes não era formar/educar os indivíduos e sim treiná-los para exercer determinada função que atendesse à demanda da indústria em expansão” (SANCHES e VOLSI, 2012, p. 7), sem a promoção da apropriação dos saberes clássicos e sem muita reflexão, restringindo assim, as condições de ascensão social.

Os anos 1950/1980: construção do aparato para as reformas da educação na década de 1990

Os anos 1950/1960 foram os anos da consolidação do modelo de industrialização, tendo por base a associação com a grande empresa oligopólica estrangeira sob o controle estatal. A partir do Plano de Metas, de Juscelino Kubitschek, lançado na segunda metade dos anos 50, “o país ingressou em sua fase de economia industrial avançada, concretizando-se uma estrutura



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

monopolista específica que articulou, de modo peculiar, a multinacional, a empresa privada nacional e a empresa pública” (MENDONÇA, 1990, p. 251). Em função do imbricamento de uma série de fatores favoráveis internos e externos, ocorreu no país um salto industrializante que em tempo recorde “conseguiu a montagem dos setores mais dinâmicos da estrutura industrial brasileira, consagrando a implantação plena da acumulação capitalista no Brasil” (MENDONÇA, 1990, p. 253).

Diante desse quadro de mudança e em decorrência da instalação das multinacionais no país, houve uma necessidade maior de investimentos na qualificação da mão de obra, o que provocou a expansão da educação profissionalizante. A meta principal era formar técnicos de acordo com as propostas de desenvolvimento do Plano de Metas. Nesse período, nota-se que a ação do Estado preocupou-se mais em atender às exigências da nova realidade econômica vivida pelo país, adequando as políticas educacionais a esse fim, principalmente, a destinada à educação profissional.

A partir dos anos 1960 a realidade política, econômica e social brasileira sofreu uma considerável alteração com o golpe de Estado que conduziu os militares ao poder no Brasil. A partir daí, vimos a implementação de um modelo político autoritário, repressor, atuando principalmente na repressão contra os Sindicatos trabalhistas, Universidades, meios de comunicação dentre outros.

A política econômica também sofreu profunda alteração com medidas que visavam “a retomada imediata do desenvolvimento e a contenção da inflação” (SILVA, 1990, p. 293). Com esses objetivos em foco, a equipe econômica liberou a entrada de capitais estrangeiros no país, assim como sua ação interna. Em paralelo, colocou em prática um rígido controle salarial, garantindo as taxas de retorno do capital. Essa política econômica concentradora provocou efeitos negativos sobre as condições de vida da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que preparou o caminho para o chamado “milagre brasileiro”, momento caracterizado por altos índices de crescimento econômico, proclamado então, “como o patamar de um crescimento acelerado e ininterrupto” (SILVA, 1990, p.299). Para dar viabilidade à promessa contínua de tal “milagre”, era preciso investir na qualificação de mão de obra a ser utilizada na indústria.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Diante desse quadro, a educação profissional foi encarada como fundamental para a promoção do crescimento industrial e, conseqüentemente, deveria se adequar aos anseios do sistema produtivo. Assim, aliaram-se nesse contexto os pressupostos autoritários articulados pelos militares, apoiado pelo empresariado nacional e pelo capital estrangeiro, desejoso de garantir as condições que permitissem sua livre reprodução. Esses interesses articulados foram responsáveis pelas reformas na educação implementadas pelo estado brasileiro.

A partir de 1985, após um período de embates entre a sociedade civil organizada e os representantes do aparato repressor responsáveis pelo poder político até o momento, teve início um processo de transição para a democracia. No entanto, esse também foi o momento de profundas mudanças na lógica de acumulação capitalista no mundo, em curso desde a década de 1970. Esse foi o momento no qual ocorreu com mais intensidade a transição do fordismo para a acumulação flexível, no processo de reestruturação produtiva do capital.

Em conformidade com esse novo modelo, entrou em cena a noção de “sociedade do conhecimento”, visto que a antiga noção de capital humano não era mais capaz de pautar o discurso para o ideário educacional em tempos de “nova materialidade de relações sociais, sob o discurso único da soberania do mercado e do domínio privado dos grandes grupos econômicos, da ciência, da tecnologia e das redes de informação” (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005, p. 9).

Nesse novo cenário, tornou-se necessário a elaboração de um novo paradigma para a educação básica e EPT. Um novo ideário que desse conta da adequação da educação às demandas de uma sociedade da insegurança, na qual a globalização ou mundialização do capital aumentaram a concentração da riqueza e ampliaram o desemprego estrutural e a miséria nos países periféricos e semiperiféricos. E é nesse contexto da noção de “sociedade do conhecimento” que se desenvolveu a “pedagogia das competências e estruturas de formação flexíveis, que preparam o indivíduo não mais para o emprego, mas para a empregabilidade” (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS 2005).

Esse quadro mundial produziu efeitos concretos na realidade brasileira, justamente no momento da transição da ditadura para a democracia em meados dos anos 1980. E é nesse contexto



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

que ocorreram os debates e disputas acerca das mudanças de rumo para a educação brasileira. São diversas correntes de pensamento, representando interesses sociais e de classes diversos, que desembocavam em diferentes concepções de políticas educacionais. Esse debate se encaminhou para o novo projeto de LDB, apresentado ainda em 1988 e implementado em 1996.

A situação da EPT durante os governos FHC: o Decreto 2.208/97 e os investimentos na EPT

Foi durante os anos de governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que o Brasil fez sua inserção na lógica neoliberal. Principalmente a partir do Plano Real, em 1994, ocorreu uma “espécie de reformatação do Estado brasileiro para adaptação passiva à lógica do capital” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.151).

Em seguida à promulgação da LDB 9394/96, o governo FHC, através do Decreto 2.208/1997, separou o ensino médio da educação profissional. O ensino médio reafirmou seu caráter puramente propedêutico, enquanto a educação profissional, separada de vez do ensino médio com o fim da modalidade integrada, passou a ser oferecida de duas maneiras: concomitância interna ou concomitância externa. E ainda a forma subsequente, destinada a quem já concluiu o ensino médio.

O objetivo era preparar o trabalhador mais rapidamente para atuar de acordo com as novas demandas dos setores produtivos, agora afinados com a lógica da flexibilização. Isso seria possível porque com a extinção dos cursos integrados, haveria a possibilidade de ofertar as disciplinas técnicas somente, separadas das disciplinas de formação geral.

O panorama dos governos Lula: o Decreto 5.154/2004 e a expansão da Rede Federal de EPT

O primeiro governo Lula (2003-2006) representou a perspectiva de uma mudança na ordem neoliberal, em vigor no Brasil durante mais de dez anos, se considerarmos que esses princípios começaram a ser implantados ainda no governo de Fernando Collor (1989-1992). As forças progressistas da sociedade brasileira, sindicatos e movimentos sociais organizados, enxergavam a



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

possibilidade de retomar os investimentos em políticas sociais. No caso que nos interessa mais diretamente, pesquisadores e trabalhadores da área de educação¹ tinham a esperança de conseguir corrigir as distorções do Decreto 2.208/97, além da retomada dos investimentos públicos nos projetos educacionais. Tal decreto foi de fato revogado, voltando a existir a possibilidade de oferta do ensino médio integrado ao técnico profissional, embora tenham sido preservadas as modalidades concomitantes e subsequentes.

No que diz respeito aos investimentos econômicos em EPT, uma breve análise dos anos de governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 - 2002) e de Lula (2003 - 2010) nos permite constatar uma inegável diferença: a grande expansão promovida pelo governo Lula no que diz respeito à rede federal de EPT. Dados do relatório da auditoria realizada pelo TCU em 2011 na rede federal de EPT apontam que até 2003 a rede federal de ensino profissionalizante totalizava 140 *campi*. Em 2010, havia saltado para 354 *campi*. Conforme já apontamos anteriormente, o governo FHC, através de mecanismos legais, havia criado entraves à criação de novas escolas voltadas para EPT, conforme nos indica a Lei 8.948/94, § 5º do artigo 3º (esse parágrafo foi incluído pela Lei 9.649/1998):

A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

Dessa forma, a expansão da rede federal de EPT tornou-se possível a partir da derrubada desse dispositivo, através da criação da Lei 11.195/05, na qual a palavra “somente” foi substituída por “preferencialmente”:

¹ De acordo com Frigotto (2007, p. 1130), destacam-se: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), pelas Conferências Brasileiras de Educação (CBEs), pelo Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública, pelo Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES) e pela Confederação dos Trabalhadores em educação (CNTE).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

No plano de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, cuja Fase I foi lançado em 2005, o governo anunciou a construção de 64 novas unidades. Na Fase II, lançada em 2007, “previa-se a instalação de 150 novas unidades de ensino, que somadas a outras 64 já contabilizadas na Fase I, atingiriam o total de 214 anunciado” (TAVARES, 2012, p. 13).

Os critérios estabelecidos pelo MEC para essa expansão deveriam atender a três dimensões: social, geográfica e de desenvolvimento. Em termos geográficos, o objetivo era priorizar os municípios com mais de 50 mil habitantes ou microrregiões não atendidas por escolas federais. Em termos de desenvolvimento, a prioridade era para municípios com arranjos produtivos locais identificados ou envolvidos em grandes investimentos.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Metodologia

A pesquisa foi realizada através de revisão bibliográfica, análise documental, pesquisa de dados estatísticos e entrevistas. Foi realizada uma revisão bibliográfica abordando a temática da educação na Constituição Federal de 1988 (CF de 1988), e os dispositivos que versam sobre a EPT neste documento. O contexto neoliberal dos anos 1990 e início de 2000, assim como sua relação com os Decretos 5.154/04 e 2.208/97 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) também foram objetos de análise.

Em relação à análise documental, foram analisados diversos documentos referentes ao processo de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua, incluindo a ata de audiência pública e as proposições recebidas pelo IFFluminense via email disponibilizado na própria audiência pública. Para realizar o levantamento dos dados estatísticos referentes aos Municípios da MSAP, utilizamos a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de pesquisas de Instituições como a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Além desses procedimentos, realizamos um conjunto de entrevistas com roteiros semiestruturados a gestores do IFFluminense. Foram entrevistados 3 servidores que participaram e/ou participaram diretamente do processo de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua. Essas pessoas estiveram diretamente ligadas nas tomadas de decisões para implantação do Campus. Para que seja resguardada a identidade de cada um deles, utilizamos a seguinte forma para diferenciá-los: Entrevistado 1; Entrevistado 2; e Entrevistado 3.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

IV. Análises e discussão de dados

Esta etapa da pesquisa mostra a dinâmica da implantação do Campus Santo Antônio de Pádua dentro do contexto de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. São demonstrados aspectos referentes à proposta do Campus Santo Antônio de Pádua, que tem sido construída com a participação da comunidade escolar, incluindo alunos, pais de alunos, docentes e técnicos administrativos, a partir de discussões com o intuito de chegar a uma proposta significativa para o território no qual o campus está inserido, buscando demonstrar o dualismo entre o aparato legal e as condições reais de implantação.

O IFFluminense é composto atualmente por doze campi, incluindo o pólo de inovação. Destes, três são campi avançado (Cambuci, Maricá e São João da Barra). A Região Noroeste Fluminense, a qual está situado o Campus Santo Antônio de Pádua, possui ainda mais dois campi nos municípios de Bom Jesus do Itabapoana e Itaperuna

A implantação do Campus-Pádua ocorreu na Fase III da expansão a partir de uma parceria entre o Governo Federal e o Governo Municipal. Este último, sob gestão do Prefeito José Renato Fonseca Padilha (2009-2012), fez a doação do terreno de 45.838,02 m², situado à Avenida João Jasbick, S/Nº, Bairro Aeroporto em 29 de fevereiro de 2012 em contrapartida o IFFluminense assumiu a responsabilidade de iniciar as obras em até 18 meses e concluí-las em no máximo 36 meses, sob pena de reversão ao doador, caso não cumprisse esse item que consta no contrato de doação firmado. Este prazo foi cumprido pelo IFFluminense e a área construída inicialmente foi de 31.000 m². O projeto contempla área de biblioteca, ginásio coberto, auditório, área de convivência, bloco administrativo, laboratórios e 12 salas de aulas. (PORTAL DO IFFLUMINENSE, 2013).

Outra questão a ser destacada nesse processo de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua se refere a Audiência Pública realizada no dia 02 de outubro de 2013, no Teatro Municipal de Santo Antônio de Pádua. Aproximadamente cinquenta pessoas participaram da Audiência, entre elas, gestores do IFFluminense, Secretários Municipais e Representantes de Instituições como a Emater,



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

o Sebrae, o Sindicato de Rochas Ornamentais, além de pessoas ligadas aos outros setores da indústria, educação, meio ambiente, comércio e agricultura. A audiência teve por objetivo abrir um canal de diálogo com a comunidade, além de apresentar o Instituto Federal Fluminense. (PORTAL DO IFFLUMINENSE, 2013). Nessa Audiência Pública, foi reforçado pela Reitoria o papel do IFFluminense com a implantação de um campus no Município e foram sugeridos pelos participantes alguns cursos a serem ofertados em diversas áreas para contribuir para o desenvolvimento da região, quais sejam: agropecuária; engenharia de mineração; geologia; meio ambiente; fundição; moveleira; solda; tornearia; eletricidade; e turismo rural. Foi disponibilizado um endereço de e-mail para que a população pudesse apresentar novas questões e proposições diante do processo de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua. (RELATORIA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2013). Entretanto, apesar das propostas apresentadas na audiência nenhum dos cursos reivindicados foram implementados.

O Campus-Pádua teve a portaria nº 27 de 21 de janeiro de 2015 autorizando seu funcionamento. Esta foi publicada no Diário Oficial da União em 22 de janeiro de 2015. Dessa forma, iniciou as atividades no dia 02 de fevereiro de 2015, contando com apenas 80 alunos. No ano de 2016 este número triplicou, contando com alunos distribuídos entre os seis cursos técnicos ofertados.

O Campus Santo Antônio de Pádua, no ano de 2016, contabilizou um total de 247 alunos contando com os 39 alunos do Curso Técnico Concomitante em Mecânica ofertado no Município de Cordeiro, RJ. Tendo em vista os objetivos propostos nessa pesquisa buscamos os dados sobre a procedência dos alunos, e observamos que a abrangência do Campus-Pádua circunscreve-se aos municípios da região e das regiões vizinhas além de municípios do Estado de Minas que fazem fronteira com a região. Esses dados demonstram, de fato, uma regionalização e interiorização da atuação do Campus, visto que atraem estudantes de um raio restrito a vizinhança.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tabela 1: Procedência dos alunos do *Campus* Santo Antônio de Pádua

CURSOS OFERECIDOS	TOTAL DE ALUNOS POR CURSO	Nº DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA DOS ALUNOS	Nº TOTAL DE ALUNOS POR MUNICÍPIO/CURSO	PERCENTUAL
TÉCNICO INTEGRADO 1º Ano	107	8	S.A.PÁDUA-RJ	58	54,2%
			APERIBÉ -RJ	10	9,3%
			MIRACEMA -RJ	12	11,2%
			ITAOCARA -RJ	15	14,0%
			PALMA -MG	2	1,9%
			RECREIO-MG	1	0,9%
			PIRAPETINGA-MG	8	7,5%
			S. SEBASTIÃO DO ALTO -RJ	1	0,9%
2º Ano - TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL INTEGRADO (Eixo de Controle e Processos Industriais)	19	5	ITAOCARA -RJ	4	21,0%
			MIRACEMA-RJ	4	21,0%
			CAMBUCCI-RJ	1	5,3%
			APERIBÉ -RJ	1	5,3%
			S.A.PÁDUA-RJ	9	47,4%
2º Ano - TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO (Eixo de Gestão e Negócios)	27	5	S. A. PÁDUA-RJ	16	59,3%
			ITAOCARA -RJ	5	18,5%
			PIRAPETINGA -RJ	1	3,7%
			MIRACEMA -RJ	3	11,1%
			APERIBÉ-RJ	2	7,4%
2º Ano - TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES INTEGRADO (Eixo de Infraestrutura)	22	5	ITAOCARA-RJ	3	13,6%
			S.A. PÁDUA -RJ	12	54,5%
			MIRACEMA -RJ	4	18,2%
			PIRAPETINGA -RJ	2	9,1%
			APERIBÉ -RJ	1	4,5%
1º Ano - TÉCNICO EM LOGÍSTICA INTEGRADO/PROEJA (Eixo de Gestão e Negócios)	33	2	S.A.PÁDUA-RJ	32	97,0%
			MIRACEMA-RJ	1	3,0%
1º e 2º Módulo - TÉCNICO EM MECÂNICA CONCOMITANTE (Eixo de Controle e Processos Industriais)	39	3	CORDEIRO -RJ	30	77,0%
			CANTAGALO -RJ	8	20,5%
			BOM JARDIM -RJ	1	2,5%

Fonte: Registro Acadêmico do Campus Santo Antônio de Pádua



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A partir da Tabela 1 observamos que os seis cursos ofertados conseguem abranger nove Municípios do Estado do Rio de Janeiro (Pádua, Aperibé, Cambuci, Cordeiro, Cantagalo, Bom Jardim, Miracema, Itaocara e São Sebastião do Alto) e três Municípios do Estado de Minas Gerais (Palma, Recreio e Pirapetinga). (BRASIL, 2008) além do maior número de estudantes serem do próprio Município de Santo Antonio de Pádua.

Aspectos socioeconômicos da região de abrangência do Campus-Pádua

Conforme proposto nesse trabalho tivemos como objetivo problematizar a relação entre a interiorização do Instituto Federal e o alcance dessa política em relação ao desenvolvimento socioeconômico regional. Para lançar luz ao nosso questionamento iremos apresentar alguns dados da Microrregião de implantação do Campus-Pádua afim de buscar possíveis conexões entre esse perfil e a oferta de cursos visto que apesar da demanda colocada na Audiência Pública de cursos na área de Agropecuária; Engenharia de Mineração; Geologia; Meio Ambiente; Fundição; Moveleira; Solda; Tornearia; Eletricidade; e Turismo Rural a opção dos Gestores do IFFluminense foi de implantar no Campus-Pádua cursos que já eram ofertados nos demais Campi (Automação Industrial; Administração; Edificações; Logística; e Mecânica).

A Microrregião de Santo Antônio de Pádua pertence à Região Noroeste Fluminense (NOF), que possui 13 Municípios. São duas Microrregiões pertencentes à Mesorregião do NOF, sendo a Microrregião de Itaperuna e a de Santo Antônio de Pádua que compreende seis municípios: Aperibé; Cambuci; Itaocara; Miracema; Santo Antônio de Pádua; e São José de Ubá. Essa Microrregião é composta na sua totalidade por pequenos municípios, muitos deles tem experienciado uma perda de população ao longo dos últimos dez anos como exposto na Tabela 2.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tabela 2: Evolução da População Residente nos Municípios da Microrregião de Santo Antônio de Pádua.

	Aperibé	Cambuci	Itaocara	Miracema	S. A. de Pádua	S. J. de Ubá
População em 2000	8.018	14.670	23.003	27.064	38.692	6.413
População em 2010	10.213	14.827	22.899	22.843	40.589	7.003
População Estimada para 2016	11.160	14.824	22.736	22.607	41.246	7.236

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE.

Outra questão que chama atenção nos dados sobre esses municípios é o baixo percentual de população jovem. A média percentual da Microrregião de Santo Antônio de Pádua referente à faixa etária entre 15 e 19 anos é de 7,7%. Embora esteja dentro da média do NOF (8%) e do ERJ (8%), a população com faixa etária entre 15 e 19 anos nos municípios da Microrregião é a menor entre todos os grupos de idade, sendo essa a idade em que abrange a maior parte dos alunos matriculados nos cursos do ensino técnico integrado ao ensino médio no *Campus-Pádua*.

Em relação aos aspectos econômicos dos municípios que compõem a Microrregião observamos que o principal produto da atividade econômica está ligado a administração pública e ao setor de serviços e comércio, realidade essa que se assemelha ao conjunto dos pequenos municípios no Brasil dependentes dos recursos de repasses federais.

Tabela 3: Participação do PIB dos Setores na Economia dos Municípios, da Região NOF e do ERJ, no ano de 2012.

Setores	Municípios							NOF	ERJ
	Aperibé	Cambuci	Itaocara	Miracema	S. A. de Pádua	S. J. de Ubá			
Indústria	10,6%	11,3%	9,1%	10,2%	13,7%	7,2%	12,3%	27,4%	
Serviços e Comércio	34,4%	32,1%	43,7%	41,8%	44,3%	27,3%	43,5%	42,1%	
Administração Pública	46,1%	36,5%	35,1%	40,6%	29,4%	35,3%	32,7%	15,3%	
Agropecuária	4,7%	13,9%	7,2%	2,9%	3,1%	23,1%	4,8%	0,4%	
Impostos	4,2%	6,1%	4,9%	4,5%	9,5%	7,0%	6,7%	14,9%	
Total em Milhões	110.190	202.313	310.138	314.984	655.036	103.507	4.675,264	504.221.371	

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE e no estudo da FIRJAN (2015,p.05).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O Município de Santo Antonio de Pádua é o Município que possui os menor PIB relativo a Administração Pública e o maior da Indústria isso demonstra um perfil um pouco diferente em relação aos demais municípios, principalmente quando observamos o número de estabelecimentos industriais do Município que supera significativamente os demais.

Deste total, a Microrregião de Santo Antônio de Pádua concentra 37,2% dos estabelecimentos do NOF, ou seja, um total de 1133 num universo de 7.120 empresas. O maior percentual dos estabelecimentos instalados na microrregião está localizado no Município de Santo Antônio de Pádua, correspondendo a 42,7% da microrregião citada. Em seguida vem os Municípios de Itaocara com 18,7% e Miracema 18,3%. O menor percentual de empresas fica no Município de São José de Ubá, que é de apenas 5,5%.

Tabela 4: Número de estabelecimentos por setor, nos municípios da Microrregião de Santo Antônio de Pádua, Região NOF e ERJ, 2012.

Municípios	Setores					
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total
Aperibé	51	3	79	35	10	178
Cambuci	16	3	70	56	68	213
Itaocara	57	11	245	117	68	498
Miracema	56	9	213	106	100	484
S. A. de Pádua	225	39	453	259	157	1.133
S. J. de Ubá	9	7	59	27	44	146
NOF	889	228	2.838	1.905	1.260	7.120
ERJ	20.628	9.794	102.713	133.614	7.134	273.813

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nos dados da RAIS/MTE e no Observatório do Sebrae, 2015.

O setor de Construção Civil é o que possui menor representatividade em relação ao percentual de empresas nos Municípios da Microrregião de Santo Antônio de Pádua. Se contabilizarmos o número de estabelecimentos existentes agregando todos os municípios da microrregião, o setor de Construção Civil representa apenas 2,8% das empresas da Microrregião de



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Santo Antônio de Pádua, percentual bem abaixo dos setores de Comércio, Serviços, Agropecuária e Indústria com 43,6%, 23,4%, 17,4% e 16,1%, respectivamente e mesmo assim foi instalado no Campus-Pádua um curso de Edificações.

Tabela 5: Total de empregos formais por setor, nos municípios da Microrregião de Santo Antônio de Pádua, Região NOF e ERJ, 2012.

Municípios	Setores						Total
	Indústria	Const. Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Adm. Pública	
Aperibé	506	39	406	133	19	682	1.785
Cambuci	261	5	247	252	118	713	1.596
Itaocara	480	47	859	823	158	762	3.129
Miracema	675	122	845	532	217	1.248	3.639
S. A. de Pádua	2.101	220	2.057	1.884	268	1.344	7.874
S. J. de Ubá	39	33	188	80	61	691	1.092
NOF	10.702	1.763	13.633	12.610	2.353	13.196	54.257
ERJ	576.097	287.072	851.336	1.950.966	23.438	772.474	4.461.383

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nos dados da RAIS/MTE e no Observatório do Sebrae, 2015.

A tabela nos mostra mais uma vez um perfil mais industrial do Município de Santo Antonio de Pádua em relação aos demais, visto que ele é o único município que emprega mais na Indústria do que na Administração Pública ao mesmo tempo que demonstra o papel da Administração Pública em relação aos empregos formais nos demais municípios. São José de Ubá tem 63,3% dos empregos nessa área, sendo acompanhado pelos Municípios de Cambuci, Aperibé e Miracema, com 44,7%, 38,2% e 34,3%, respectivamente. Estes percentuais estão bem acima do que encontramos no NOF, que é de 24,3% e no ERJ com 17,3%.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

V. Conclusões

A análise dos períodos históricos aqui contemplados nos permite constatar que as opções por políticas públicas são fruto de um intenso embate entre projetos diferentes de sociedade e poder, que por sua vez expressam a realidade de uma sociedade cindida em classes disputando hegemonia.

O breve histórico aqui traçado acerca de EPT enquanto política pública no Brasil nos dá conta do quanto algumas marcas permaneceram ao longo de todos os períodos analisados, apesar de algumas especificidades, conquistas e retrocessos que fazem parte dos fluxos e refluxos da história por maiores direitos sociais para a classe trabalhadora.

Assim destacamos que a interiorização dos Institutos Federais vem mais uma vez permeado por essas contradições, a integração com uma política de desenvolvimento regional é puramente programática, visto que as articulações políticas para efetivação desse projeto são abandonadas ao longo do caminho, um dado concreto desse fato está principalmente na articulação entre os interesses locais postos nas demandas pela oferta de cursos que atendam o perfil econômico regional e o tradicionalismo das instituições de ensino e seus gestores que propõe replicar o modelo já consagrado em territórios interiorizados.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 11 ago. 2016.

BRASIL. **Lei n. 9.649**, de 27 de maio de 1998. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9649compilado.htm> Acesso em: 25 jul. 2016.

BRASIL. **Decreto Nº 5.154**, de 23 de Julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm> Acesso em: 16 jul. 2016.

BRASIL. **Lei n. 11.195**, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do art 3º da Lei 8.948 de dezembro de 1994. 2005. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11195-18-novembro-2005-539206-publicacaooriginal-37266-pl.html>> Acesso em : 25 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>> Acesso em : 12 jan. 2016.

BRASIL. **Lei n. 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, Poder Executivo, Brasília, DF. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm> Acesso em: 03 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (MEC/SETEC). **Políticas de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://www.abmbrasil.com.br/cim/download/20081118_abmmg_luiscaldas.pdf> Acesso em: 22 ago. 2016.

BRASIL. **Lei n. 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Comentários e Reflexões. Brasília, DF. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3753-lei-11892-08-if-comentadafinal&category_slug=marco-2010-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 23 ago. 2016.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

BRASIL. **Emenda Constitucional N° 59**, de 11 de Novembro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm> Acesso em 20 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Contribuição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para as Organizações Produtivas e o Desenvolvimento Local. 4ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais**. Brasília, DF: MEC, IFSC, 2009. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/conferenciaapl/modulos/arquivos/MariaClaraKaschnySchneider.pdf>> Acesso em : 15 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações para Elaboração e Atualização de Projetos Pedagógicos de Cursos do IFFluminense**. P.01-36. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Minuta do Projeto Político Pedagógico do Campus Santo Antônio de Pádua**. 2016. Disponível em: <<http://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/santo-antonio-de-padua/noticias/comunidade-pode-contribuir-com-construcao-de-projeto-politico-pedagogico/minuta-projeto-politico-pedagogico-campus-padua.pdf/view>> Acesso em: 27 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. 2016**. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>> Acesso em: 17 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (MEC/SETEC). **Prestação de contas ordinária: relatório de gestão 2010**. Brasília, DF: 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8006-relatorio-gestao-2010-setec-versaofinal-cgu-pdf&category_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 21 jul. 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei n° 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: 2004. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>> Acesso em: 03 ago. 2016.

BRASIL. **Portal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense**. 2013. Disponível em: <<http://portal.iff.edu.br/campus/reitoria/noticias/iff-realiza-audiencia-publica-em-padua>> Acesso em: 18 ago. 2016.

Brasil. Portal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. 2013. **Relatoria da Audiência Pública de implantação do campus Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal Fluminense**. Disponível em: <<http://portal.iff.edu.br/campus/reitoria/arquivos/docs-2013/banner-audiencia-publica-santo-antonio-de-padua/Relatoria%20da%20Audiencia%20Publica%20Padua.pdf>> Acesso em: 18 ago. 2016.

BRASIL. **Portal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense**. 2015. Disponível em: <<http://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/santo-antonio-de-padua/noticias/iff-inaugura-campus-no-noroeste-fluminense>> Acesso em: 18 ago. 2016.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria 378** de 09 de maio de 2016. Dispõe sobre a autorização de funcionamento de unidades dos Institutos Federais e atualiza a relação de unidades que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=32151>> Acesso em: 18 ago. 2016.

FRIGOTTO, G. A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. Educação Profissional e Desenvolvimento. In. UNESCO. **Internacionl Handbook of Education for Changing World of Work**. Bom, Germany, UNIVOC, 2009. p. 1 307-1319. - Coletânea organizada pelo Centro Internacional de Educação Técnica e Profissional, como patrocínio da UNESCO. Berlim, 2005.

MENDONÇA, Sonia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

SANCHES, Maria Cristina e VOLSI, Maria Eunice França. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO TÉCNICOPROFISSIONAL NA ERA VARGAS(1930-1945). **Anais da Semana de Pedagogia da UEM**. Volume 1, Número 1. Maringá: UEM, 2012.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização (1964/1984). . In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

TAVARES, Moacir Gubert. Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: As Etapas Históricas da Educação Profissional no Brasil. **IX ANPED**, 2012.